

ASSENTAMENTOS RURAIS CEARENSES: AS ESTRATÉGIAS E ALTERNATIVAS ECONÔMICAS DO LAGOA DO CAPIM

Cearenses rural settings: the strategies and economic alternatives of Lagoa do Capim
Asentamientos rurales cearenses: las estrategias y alternativas económicas del Lagoa do
Capim

Mercia Oliveira de Sousa
Engenheira de Pesca formada pela Universidade Federal do Ceará
merciaoliveira3@gmail.com

Filipe Augusto Xavier Lima
Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará
filipeaxlima@hotmail.com

Eduardo Rodrigues de Sousa Neto
Perito Federal Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá)
eduardorsneto@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo caracterizar como as famílias assentadas de programa oficial de reforma agrária vêm desenvolvendo suas estratégias de reprodução socioeconômica a partir de atividades agrícolas e não agrícolas. Realizou-se um estudo de caso específico, no Assentamento Lagoa do Capim, situado em São Luís do Curu, Litoral Oeste do Ceará. O percurso metodológico baseou-se em um enfoque qualitativo e para o levantamento de dados foram realizadas visitas ao assentamento, com a finalidade de entrevistar os representantes de cada família, e os resultados da pesquisa foram discutidos subjetivamente. Observou-se que, mesmo com o problema de escassez de água na área, as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores são o plantio de milho, de feijão e de algumas fruteiras nos quintais produtivos. As famílias são de origem rural, beneficiárias de programas sociais e com alguma incidência de aposentados entre seus membros. Muitos dos seus indivíduos, especialmente os mais jovens, trabalham fora das propriedades em atividades agrícolas ou não agrícolas, para o complemento da renda familiar. Entre as atividades não agrícolas prevalecem àquelas ligadas ao comércio local, à terceirização ou prestação de serviços em outras propriedades e à informalidade, pela venda da força de trabalho no meio rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Pluriatividade. Reforma agrária.

Abstract

This article aims to characterize how families based on an official agrarian reform program have been developing their socioeconomic reproduction strategies from agricultural and non - agricultural activities. A specific case study was carried out at Lagoa do Capim settlement, located in São Luís do Curu, West Coast of Ceará. The methodological course was based on a qualitative approach and for data collection, visits were made to the settlement, with the purpose of interviewing the representatives of each family, and the results of the research were subjectively discussed. It was observed that,

even with the problem of water scarcity in the area, the main activities developed by the farmers are the planting of corn, beans and some fruit trees in productive farms. The families are of rural origin, beneficiaries of social programs and with some incidence of retirees among its members. Many of their individuals, especially the younger ones, work off-farm in agricultural or non-agricultural activities to supplement family income. Among non-agricultural activities, those related to local commerce, outsourcing or services in other properties and to informality by the sale of the workforce in rural areas prevail.

Keywords: Family Farming. Pluriactivity. Land reform.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo caracterizar cómo las familias asentadas de programa oficial de reforma agraria vienen desarrollando sus estrategias de reproducción socioeconómica a partir de actividades agrícolas y no agrícolas. Se realizó un estudio de caso específico, en el Asentamiento Lagoa do Capim, situado en São Luís do Curu, Litoral Oeste de Ceará. El recorrido metodológico se basó en un enfoque cualitativo y para el levantamiento de datos se realizaron visitas al asentamiento, con la finalidad de entrevistar a los representantes de cada familia, y los resultados de la investigación fueron discutidos subjetivamente. Se observó que, aun con el problema de escasez de agua en el área, las principales actividades desarrolladas por los agricultores son la plantación de maíz, de frijol y de algunas frutales en los patios productivos. Las familias son de origen rural, beneficiarias de programas sociales y con alguna incidencia de jubilados entre sus miembros. Muchos de sus individuos, especialmente los más jóvenes, trabajan fuera de las propiedades en actividades agrícolas o no agrícolas, para el complemento de la renta familiar. Entre las actividades no agrícolas prevalecen a las ligadas al comercio local, a la tercerización o prestación de servicios en otras propiedades y a la informalidad, por la venta de la fuerza de trabajo en el medio rural.

Palabras clave: Agricultura familiar. Pluriactividad. Reforma agraria.

Introdução

A reforma agrária no Brasil é um tema que provoca muitas discussões. Esse instrumento de política agrária possibilita, a partir da desapropriação de imóveis rurais, a distribuição de áreas a agricultores sem terra, visando reduzir a concentração fundiária e conceder às famílias assentadas os meios básicos para a produção de alimentos e a sobrevivência no campo.

A reforma agrária, atualmente, está prevista na Constituição Federal de 1988 e é regulamentada pela Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que determina a desapropriação de imóveis rurais que não cumprem sua função social (BRASIL, 1993). Os imóveis assim desapropriados são destinados a famílias de agricultores sem terras que passam a explorá-los, com base na mão de obra familiar e mediante títulos provisórios outorgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é quem concede o direito de uso dos lotes agrícolas. Enquanto não for concedido o título definitivo

de propriedade do lote à família assentada, a terra pertence ao Incra, não podendo ser vendida ou negociada.

Para se tornar beneficiário da política de reforma agrária alguns critérios são exigidos. Em linhas gerais, pode-se dizer que é necessário que as famílias não tenham condições econômicas de adquirir e manter um imóvel rural. Além disso, elas devem se enquadrar em uma das seguintes categorias: agricultores ou agricultoras adultas; sem terra; posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário; proprietários de imóveis rurais cuja propriedade não seja maior que um módulo rural do município (BRASIL, 2005).

Este artigo aborda, a partir de uma realidade particular, características encontradas em assentamentos rurais no estado do Ceará. Partiu-se da premissa, neste estudo, que o desenvolvimento desses espaços pode ser afetado por situações socioeconômicas, produtivas e ambientais e, ainda, pelas condições climáticas em algumas microrregiões do estado.

Observa-se, por exemplo, que assentamentos situados no litoral cearense têm menores dificuldades no acesso à água, existindo poços artesianos com poucos metros de profundidade, lagoas perenes que se formam em meio às dunas e, dependendo das comunidades, tais características podem permitir que os agricultores produzam durante todo o ano. Por outro lado, a maioria dos assentamentos que ficam no Sertão depende diretamente do regime das chuvas para produzir alimentos e, quando termina o período chuvoso, a tendência é uma queda na qualidade de vida das famílias assentadas, por dependerem, basicamente, dos programas sociais.

Com as dificuldades presentes, algumas famílias assentadas vêm recorrendo à pluriatividade no meio rural, entendida como um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2009a). Na pluriatividade, membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural exercem diferentes atividades, optando pelo exercício de atividades não agrícolas, mas, residindo no campo e mantendo uma ligação produtiva com a agricultura e o espaço rural (SCHNEIDER, 2009b).

Diante dessas circunstâncias em que podem estar inseridos alguns assentamentos rurais do Ceará, surgem as seguintes indagações: como as famílias assentadas do estado vêm desenvolvendo suas estratégias de reprodução socioeconômica, especialmente no que tange às atividades agrícolas e não agrícolas? Quais as principais limitações e

potencialidades presentes nesses espaços? E quem são os sujeitos envolvidos nesse processo?

Na tentativa de responder essas questões, realizou-se um estudo de caso específico, no Assentamento Lagoa do Capim, situado em São Luís do Curu, Litoral Oeste do Ceará. A escolha desse assentamento se deve à presença de famílias pluriativas na localidade, ou seja, aquelas em que seus membros associam atividades agrícolas com outros ramos ou setores da economia, adotando distintas estratégias sociais e produtivas, fato observado mediante uma pesquisa exploratória realizada previamente.

Diante do exposto, o objetivo do trabalho é caracterizar como as famílias assentadas vêm desenvolvendo suas estratégias de reprodução socioeconômica a partir de atividades agrícolas e não agrícolas. A importância da pesquisa está na possibilidade de compreender as estratégias voltadas para o desenvolvimento da comunidade assentada, através de uma descrição dos aspectos socioeconômicos e produtivos das unidades de produção agrícola (UPAs) do assentamento. Além disso, é possível traçar um perfil dessa comunidade, apresentando os meios de produção e as atividades presentes na geração de renda das famílias.

Abordagens sobre assentamentos rurais

Uma das principais pautas dos movimentos sociais do campo sempre foi a efetivação de uma política de reforma agrária, simbolizada pela criação de assentamentos. Além disso, na visão desses movimentos sociais, os assentamentos são concebidos, fundamentalmente, a partir de ocupações ou de resistência na terra. Nesse sentido, a partir de uma abordagem social, pode-se dizer que os assentamentos rurais são o resultado da pressão que os movimentos sociais fazem em prol do trabalhador rural sem terra em busca de uma condição digna de sobrevivência.

Falando sobre a pressão dos movimentos sociais pela execução da política de reforma agrária, Salvador (1998, p.13) analisa que, para os trabalhadores rurais que reivindicam o acesso à terra, os assentamentos são instrumentos usados na construção de um processo sociopolítico na luta pela reforma agrária, a fim de alcançar direitos sociais e cidadania.

Vale dizer, nessa linha, que uma parcela da população marginalizada e sem maiores perspectivas socioeconômicas e produtivas enxerga na oportunidade de aquisição da terra uma forma de inserção na dinâmica econômica regional, a fim de melhorar sua qualidade

de vida, podendo essas famílias ser tanto de origem urbana como rural (FERNANDES, 2003). Assim, os assentamentos são espaços onde famílias camponesas vivem, moram e estudam, visando garantir um futuro melhor à população presente nessas áreas (MST, 2010, p. 19).

Levando-se em consideração a abordagem oficial, por sua vez, pode-se afirmar que no Brasil o assentamento rural vem sendo caracterizado como um conjunto de unidades de produção independentes entre si, em áreas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário (INCRA, s.d.). Para tanto, apresentando as diretrizes a serem observadas no assentamento de famílias em áreas de reforma agrária, a Norma de Execução Incra nº 45, de 25 de agosto de 2005, orienta que as famílias devam ser priorizadas com base em critérios que levam em consideração as condições de habitação ou moradia, saúde, insuficiência de renda, falta de acesso à educação, ou através de outros indicadores sociais, tais como, aspectos demográficos, trabalho e rendimento, educação e condições de vida (BRASIL, 2005). Observados esses critérios, as famílias selecionadas têm sua condição de assentada homologada, o que se traduz como o ato formal de aprovação do candidato. O conjunto de famílias homologadas em determinada área específica caracteriza o assentamento rural.

Outro aspecto relevante é que os assentamentos sob a gestão do Estado podem ser divididos de forma genérica em dois grupos: os criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, e aqueles implantados por instituições governamentais e reconhecidos também pelo Incra (INCRA, s.d.). Mesmo com todas as limitações e dinâmicas, esses espaços permitem criar novas estratégias na produção agrícola familiar, gerando alternativas econômicas para quem antes eram considerados marginalizados e excluídos socialmente.

Essas novas unidades de produção interferem na realidade local ou regional, estabelecendo outros padrões sociais na produção agrícola e criando novas dinâmicas econômicas e sociais (BERGAMASCO; NORDER, 1996; MEDEIROS; SOUSA; ALENTEJANO, 2002; MARTINS, 2003).

Para Carvalho (1999), os assentamentos rurais, além de serem frutos de um ato administrativo que limita os territórios, beneficiam famílias, por meio da criação de um novo espaço geográfico e uma nova forma de organização social. Nessa mesma linha, Maniglia (2009, p. 234) diz que os assentamentos provocam mudanças socioeconômicas na região onde são implantados, por serem capazes de aumentar a produção interna e fazendo com que as comunidades aumentem sua própria renda e sua segurança alimentar.

O fato é que, segundo Leite et al. (2004, p. 13), com a chegada desses assentamentos, mudam a perspectiva tanto para os recém-chegados como para os moradores locais. Isso porque, na maioria dos casos, esses espaços foram consolidados através de conflitos decorrentes de ocupações, causando certo desconforto para as pessoas que vivem próximas a esses locais. No entanto, a partir de um momento passam a gerar trabalho e renda por meio de atividades agrícolas e não agrícolas, reposicionando-se na dinâmica local ou regional, conforme abordado no trecho a seguir:

A lógica econômica que fundamenta as estratégias de reprodução familiar não passa exclusivamente pela ótica produtiva. Como vimos, as famílias assentadas lançam mão de uma série de recursos que envolvem atividades produtivas e serviços, dentro e fora do lote, resultando em mecanismos de reprodução familiar nem sempre presos à dimensão econômico-produtiva (agrícola ou não) [...]. Nesse sentido, as especificidades de uma agricultura familiar tal como configurada nos assentamentos rurais devem ser ressaltadas, permitindo que exploremos a base social, econômica e política da qual essas famílias se valem para alcançar determinados objetivos [...]. Apesar disso, a dimensão produtiva agropecuária é importante e, como veremos, acaba contribuindo decisivamente para a inserção dos assentados como produtores no universo regional, transformando-o. (LEITE et al., 2004, p. 148).

Vale ressaltar, ainda, que essa população, que vivia à margem do desenvolvimento socioeconômico, passa, através dos assentamentos e da conquista da terra, a produzir cultivos regionais de subsistência. Nesse contexto, Neves (1999, p. 8) afirma que o assentamento constitui uma unidade social local onde, a partir da vivência de experiências comuns, se constroem identidades de pertencimento.

Para Wanderley (2003), após o agricultor assumir a condição de assentado, gera-se a expectativa das famílias para que elas possam produzir e tornar-se economicamente viável, e sair da situação difícil em que viviam anteriormente, fazendo com que passem de uma situação de isolamento social e exclusão do mercado, para outra realidade, de integração social e econômica junto à sociedade.

Não é somente com a aquisição do lote, no entanto, que os problemas dos assentados são resolvidos. Ainda é necessária a busca pela viabilidade econômica, contando especialmente com o papel do Estado, para que essas áreas possam ter uma eficácia produtiva. Como afirma Dias (2004, p. 502), na maioria dos casos a integração econômica torna-se objetivo principal da intervenção estatal. Além do mais, essas famílias assentadas terão que lidar com uma realidade nova, com a qual não estão acostumados. Nos dizeres de Salvador (1998, p. 22), são agricultores que antes eram tratados como mera mercadoria

de baixo valor e agora passam a ser assentados, donos de meios de produção, um dos quais é a terra.

Considerando esses aspectos, Fernandes (2003, p.12) afirma que os assentamentos são espaços de inclusão social por ser a forma que o trabalhador rural encontrou para substanciar seus desejos e anseios de produzirem em sua própria terra, e, também, alterarem o padrão já consolidado de propriedade rural, cuja lógica perpassa a grande concentração de terra nas mãos de poucos. Nessa nova conformação social, em que o agricultor passa a ser visto como assentado, o impacto da chegada desses assentamentos é importante, pois possibilita a transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena (LEITE; MEDEIROS, 2004, p. 24).

Pode-se afirmar, assim, que esses pequenos agricultores veem na conquista de seu lote uma forma de mudança e melhoria na qualidade de vida. Nessa linha, Sparovek et al. (2005, p. 18) dizem que os assentados de hoje são os acampados de ontem, aqueles que, sem emprego no campo, tiveram que vender suas terras ou migrar para a periferia das cidades.

A partir do momento que assumem a categoria de assentadas, essas famílias desejam passar da condição de coadjuvantes a protagonistas do processo produtivo. Com esse intuito, essas famílias, em geral, reafirmam a importância de participar de organizações camponesas, na tentativa de obter respostas concretas para suas reivindicações, principalmente no que tange às políticas públicas para o trabalhador no campo. Isso porque, muitas vezes, a efetivação dessas políticas ocorre somente a partir da reivindicação de organizações populares que lutam a favor das famílias assentadas, pressionando o Estado por resultados efetivos. Sem essas organizações, as pautas requeridas por essas famílias seriam, provavelmente, mais difusas e, conseqüentemente, a pressão teria um impacto menor, dificultando a capacidade de sensibilização da administração pública, ou seja, do Estado. Por tudo isso, Neves (1999, p. 6) entende que o processo de construção do indivíduo oficialmente dono de seu lote de terra, ou seja, o parceleiro, está baseado, fundamentalmente, na transversalidade de relações e de interferências institucionais.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à diversidade dos assentamentos no Brasil. Assim, quando se fala que nossa nação é um país continental não está se referindo apenas às dimensões espaciais, mas, também, às diferenças geográficas. Essas variações nos aspectos geográficos influenciam, também, nas características dos assentamentos,

desde a sua forma de concepção, passando pelo modo de vida até a forma de escoamento da produção.

Nesse sentido, Leite et al. (2004) observam que as origens e características dos assentamentos variam de acordo com os contextos históricos nos quais se inserem essas unidades de produção. Ainda sobre esse aspecto, Carter (2010, p. 74) pondera que os assentamentos da reforma agrária diferem muito em termos de localização geográfica, tamanho, composição familiar, níveis de desenvolvimento econômico, conscientização política e recursos culturais.

Essas diferenças geográficas se tornam relevantes, inclusive, no processo de formação dos assentamentos. Nesse sentido, Fernandes (2003, p. 15) assevera que, levando em consideração as especificidades regionais e locais, as ocupações são responsáveis pelo aumento dos assentamentos no Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, enquanto na região Norte esse aumento relaciona-se mais com a regularização fundiária das terras de posseiros.

Além dos aspectos regionais, as realidades distintas entre os assentamentos podem ser vistas até dentro de um mesmo estado, a partir da influência de características com o clima e o solo. Dessa forma, assentamentos situados no litoral têm uma dinâmica diferente dos situados em regiões áridas, o que se justifica, por exemplo, pela diferença na disponibilidade de água entre esses dois espaços. Enquanto no litoral há abundância de água, e maior possibilidade de êxito na instalação de poços artesianos, as regiões áridas são caracterizadas pela escassez de água, fator de fundamental importância não apenas para essas comunidades, mas para qualquer setor.

Assim, comunidades onde tem maior disponibilidade, ou facilidade no acesso, dos recursos e insumos necessários à dinâmica produtiva tendem a ser, geralmente, mais desenvolvidas do que aquelas onde esses recursos são escassos. Esse aspecto é tão relevante que, dentro de um contexto histórico, Silva, Lima e Jota (2016) entendem que a questão climática influencia no desenvolvimento agropecuário, principalmente no que concerne à concentração e uso da terra, favorecendo a uma minoria mais capitalizada. Nesse mesmo entendimento, em relação às diferenças regionais, há de se levar em conta também as características dos espaços de produção.

A caracterização do espaço de produção agrícola envolve questões muito diversas. Por um lado, os recursos naturais têm influência direta sobre a aptidão das terras. A qualidade dos solos, as características do relevo, o clima

(quantidade e distribuição da precipitação, quantidade de radiação na superfície terrestre, temperaturas máxima, mínima e média) e a disponibilidade de recursos hídricos (quantidade, qualidade, localização e custo de bombeamento da água de aquíferos, rios, açudes, represas, lagos e poços) são as características essenciais. Essas definem as espécies que podem ser cultivadas, sua produtividade, a tecnologia, o custo de obtenção da produção e o risco de frustração das safras por acidentes climáticos. O conjunto desses fatores é designado de aptidão das terras. As características regionais e de infraestrutura (energia elétrica; rodovias, ferrovias e hidrovias; a remuneração e o volume de oferta de trabalho; as condições para armazenamento da produção; a proximidade e a dinâmica do mercado consumidor e fornecedor; os valores culturais; o preço e a dinâmica do mercado de terras) vão moldar os sistemas de produção (aqueles aptos) e definir a dinâmica e a forma como a produção é realizada. Para uma mesma espécie, a maneira de produzir varia não apenas em função do solo e do clima. As características regionais também influenciam as opções e decisões dos agricultores. (SPAROVEK et al., 2005, p. 20 e 21).

Percebe-se, assim, que muitas variáveis influenciam na dinâmica das comunidades assentadas, como pode ser visto até dentro de uma mesma unidade federativa. Logo, na visão dos autores citados acima, não se pode definir esses espaços como um só, sem levar em consideração as suas especificidades, sendo preciso ter uma visão mais detalhada dessas variáveis para definir ações específicas de intervenção.

Cada região, naturalmente, apresenta suas particularidades, relacionadas aos aspectos socioeconômicos, institucionais, ambientais, dentre outros. Os dados da Pesquisa Qualidade de Vida na Reforma Agrária (PQRA), realizada pelo Incra em 2010, mediante a aplicação de 16.153 entrevistas distribuídas em 1.164 assentamentos por todo o Brasil, revelaram alguns indicadores socioeconômicos dos assentamentos do Ceará, foco de interesse desta pesquisa.

Considerando a localização geográfica do estado, situado no Nordeste do país, a maior parte de sua área é abrangida pela região semiárida, com baixo índice pluviométrico e chuvas irregulares, além de a maioria dos solos serem classificados como salinos. Embora essas características não sejam as mais propícias para o desenvolvimento da agricultura, os dados da PQRA (2010) demonstraram que foi possível produzir mesmo em condições adversas. Logo, os dados permitiram ter uma noção de como anda o desenvolvimento das principais atividades agropecuárias geradoras de renda para os assentados no estado do Ceará.

Uma dessas atividades desenvolvidas no Ceará e, conforme a PQRA (2010), nos assentamentos do estado, é a bovinocultura. Assim, somente no ano de 2012, o efetivo de animais em todo estado foi de 2.714.713 cabeças, e a produção de leite de vaca no mesmo ano foi de 461.662 mil litros (IPECE, 2012). Enquanto isso, o número de produtores de

leite nos assentamentos do Ceará foi de 4.651 produtores e a renda, em torno de R\$ 4.758. Já em relação aos cultivos vegetais merece destaque a produção de feijão, tendo sido produzidas 207.246 toneladas do grão em todo o estado, apresentando como base a produção agrícola no ano de 2012 (IPECE, 2012). Já nos assentamentos pesquisados, nessa cultura, foram 17.181 produtores, gerando R\$ 4.912 de renda anual.

Outra informação relevante extraída da PQRA (2010) diz respeito à distribuição percentual das famílias por faixa de renda. Dos assentados do Ceará, apenas 2,83% ganham mais do que cinco salários mínimos. A situação se agrava quando se refere às famílias que ganham até 0,5 salários mínimos, quando esse percentual sobe para 27,03%. Outro aspecto que não pode ser desconsiderado ao se falar em composição da renda é a importância dos programas sociais para esses agricultores. Segundo a pesquisa, 44% da renda familiar nos assentamentos são oriundas dos benefícios proporcionados por esses programas.

Metodologia

O Assentamento Lagoa do Capim é composto, na sua maioria, por antigos trabalhadores da empresa Fortaleza Agroindústria S.A. (FAISA), localizada no município de São Luís do Curu, Litoral Oeste, pertencendo a Mesorregião Norte Cearense e Microrregião Médio Curu (IPECE, 2017).

Na localidade foram assentadas 13 famílias, em uma área total de 263 hectares (ha). Apesar de o assentamento não ter parcelas individuais delimitadas, cada família assentada faz jus a áreas individuais que têm, aproximadamente, 16 ha. A comunidade está organizada em uma vila ao longo da estrada que passa pelo assentamento e o abastecimento de água ocorre a partir do Rio Curu, sendo que todas as famílias possuem cisternas para captação de água da chuva.

Para a realização desta pesquisa, esteve delineado um estudo de caso, que segundo Yin (2005), é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneo. Diante da mesma perspectiva, Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) afirmam que o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas que possibilitem apreender a totalidade de uma situação específica.

O contato inicial com essa realidade se deu ainda no primeiro semestre do ano de 2018. Na ocasião, foi feita uma pesquisa exploratória no assentamento, com base em um

roteiro de entrevista estruturada e de um questionário voltado aos sistemas produtivos das famílias assentadas. Para o levantamento desses primeiros dados, utilizou-se também uma caderneta de campo e algumas entrevistas foram gravadas.

Em um segundo momento, mais especificamente em outubro de 2018, foi que ocorreu, de fato, o levantamento de dados mais direcionados ao objetivo deste artigo. No referido mês, foram realizadas novas visitas ao assentamento, com a finalidade de entrevistar os representantes de cada família da localidade. Para a ocasião, foi elaborado outro roteiro de entrevista estruturada, e repetido o mesmo questionário voltado aos sistemas produtivos, dessa vez, aplicado de forma mais detalhada, de modo a possibilitar extrair elementos para uma posterior descrição de algumas de suas unidades de produção agrícola (UPAs).

As entrevistas com os representantes das famílias ocorreram nas moradias do assentamento. Além de ouvir a figura identificada como chefe de cada núcleo familiar, foi permitido que os outros membros presentes no momento das entrevistas também discorressem sobre as perguntas elaboradas. Com isso, foram ouvidos homens, mulheres, seus filhos e outros parentes presentes na propriedade. A pluralidade dos discursos e opiniões desses indivíduos foi o que embasou a construção da seção voltada aos resultados da pesquisa.

As falas derivadas das entrevistas foram conservadas e depois transcritas na sua íntegra, e para garantir o anonimato das pessoas, foram atribuídos códigos, expressos por letras e números, que representam os sujeitos de cada experiência. Foram, então, ouvidos representantes de treze famílias do Assentamento Lagoa do Capim, e lhe foram conferidas as letras ALC seguida da numeração de 1 a 13 para sua identificação.

O percurso metodológico, portanto, baseou-se em um enfoque qualitativo, tendo como foco o estudo de caso realizado em ambientes naturais. Além disso, os resultados da pesquisa, oriundos de extração dos dados sem fundamentos estatísticos, foram analisados e discutidos subjetivamente.

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2013), a pesquisa qualitativa proporciona profundidade aos dados, dispersão, riqueza interpretativa, contextualização do ambiente ou entorno, detalhes e experiências únicas. A coleta dos dados consiste em obter as perspectivas e os pontos de vista dos participantes da pesquisa. Segundo os mesmos autores, nos estudos qualitativos é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois da coleta e da análise dos dados.

Para complementar, na etapa de levantamento de dados no campo recorreu-se ao método de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), embora que de forma pouco aprofundada, uma vez que se deu ênfase às seguintes etapas: análise da paisagem; entrevistas históricas; e caracterização dos sistemas de produção.

Resultados e discussão

No Assentamento Lagoa do Capim residem 13 famílias que praticam atividades agrícolas e dependem das águas do Rio Curu para a sua produção. Na tentativa de traçar um perfil dessas famílias, se observou que as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores são o plantio de milho, de feijão e de algumas fruteiras nos quintais produtivos. Também ocorre a criação de animais de pequeno porte em algumas UPAs. A maioria dos residentes da localidade é composta por antigos trabalhadores da fazenda que foi desapropriada em 2008, dando origem ao assentamento.

A média de pessoas por núcleo familiar é de cinco membros, em sua maioria crianças e jovens de até 20 anos de idade. Estando a maior parte das pessoas incluídas nessa faixa etária, predomina entre eles o ensino fundamental completo como nível de escolaridade. Os adultos entrevistados apresentam também o ensino fundamental, sendo que, na maior parte dos casos, incompleto. Ninguém afirmou possuir o nível superior.

Sobre as mudanças identificadas após a chegada ao assentamento, quase todas as famílias alegaram benefícios, principalmente pela posse da terra e de se conseguir plantar e colher para si mesmos. As falas abaixo são sobre essa inserção no assentamento:

Estamos aqui há uns oito anos, não sei ao certo. Para vir para cá precisamos nos associar, passamos um período aguardando o processo e, por fim, mandaram a verba para a construção da nossa casa. Hoje, somos três: eu, meu esposo e minha filha mais nova. Tenho mais duas filhas, mas elas moram em Fortaleza, foram para lá estudar, uma está se formando em Fisioterapia e a outra está fazendo pré-vestibular. (ALC5, 2018).

A gente chegou aqui através de pessoas ligadas ao movimento da reforma agrária, junto às reuniões. Por sermos agricultores, foi mais fácil, já que o programa beneficia os agricultores. Sendo de fora, não entra. E aqui foram muito bem selecionados, os 13 dentre mais de 70 famílias. Sempre fomos agricultores, sempre trabalhamos com isso. (ALC11, 2018).

No seu relato, ALC1 (2018) afirmou o que já foi observado neste trabalho, confirmando que a maioria dos assentados são antigos trabalhadores da fazenda: “Nós somos de Apuiarés, mas faz 24 anos que nós moramos em São Luís do Curu.

Primeiramente, nós morávamos na Faisa. Aí depois viemos para cá, já está com uns oito anos”. ALC3 (2018) também falou do seu histórico:

Foi uma luta para conseguir isso aqui, dez anos atrás. A gente começou através de outra associação, antigamente era “unidos venceremos” e agora está com outro nome, não me lembro bem agora no momento, que é do outro lado, do outro assentamento lá que teve. Através desse presidente que a gente foi se encaixando na reforma agrária. A gente ia a toda reunião, era todo mês, era mensal essa reunião. Eram 42 pessoas concorrendo a 13 vagas, principalmente aqui nesse assentamento, durante dez anos a gente pelejou por esse aqui. Mas, não tinha briga não, era só reunião mesmo. Era tudo legalizado. Porque tem uns que brigam né? Mas, a gente conseguiu mesmo só através das reuniões, participando de encontros, de oficinas. Tudo o que tinha no convênio do Incra a gente participava. (ALC3, 2018).

Quanto aos movimentos sociais, algumas famílias alegaram ter tido alguma participação e outras não. De fato, as opiniões foram bem diversas em relação a isso. ALC10 (2018) comentou que não participou: “Não meu filho, nunca. A gente ouvia falar por aí, mas a gente achava uma loucura, muita briga e matança. Aí a gente não quis se envolver com isso, mas a gente acha muito importante”. O relato abaixo é de ALC8 (2018), que discordava da política do MST.

Nunca participei de nenhum movimento como MST, até quiseram que a gente invadisse isso aqui no começo, já que trabalhávamos aqui. Quiseram trazer umas lonas para a gente invadir, mas eu disse: invadir, a gente não invade não. Se eles pegarem e der de bom gosto a gente quer, mas invadir não. (ALC8, 2018).

Ao falar de invasão, ALC8, presumidamente, refere-se ao que os movimentos sociais conceituam como ocupações de terra, considerada uma importante estratégia de ação coletiva adotada para pressionar pela execução da reforma agrária no Brasil. Sobre isso, Rosa (2012) explica que o termo invasão, utilizado com mais frequência ao longo dos anos de 1960 e 1970, remetia a uma ação considerada ilegal no que diz respeito ao direito de propriedade, ao passo que ocupação, indica outra conjuntura. O autor afirma que o sentido contemporâneo de ocupações de terras foi apropriado pelo MST, sendo imprescindível na formulação dos pilares de justificação e legitimação de sua atuação pelo acesso à terra, como a realização de acampamentos para reivindicar o uso de propriedades que não cumpram a sua função social (ROSA, 2012).

Todas as famílias são de origem rural, embora alguns dos seus membros já tenham trabalhado ou trabalhem em atividades não agrícolas.

Sempre moramos no interior, somos de origem rural. Desde muito nova trabalho na agricultura, assim como meu esposo. Eu morava próximo a um rio, ajudava meu pai, costumávamos plantar lá perto. Atualmente só eu e meu esposo trabalhamos na agricultura. Nossa filha mais nova tem dezoito anos, ela só estuda. Incentivamos sempre ela a estudar e buscar o melhor pra ela. (ALC5, 2018).

ALC6 (2018) trabalhava na fazenda que havia no espaço que hoje é o assentamento e comentou sobre suas origens: “Meu pai era agricultor e desde sempre a gente vem sempre nesse ramo. O estudo da gente também é muito pouco, nunca deu para arrumar emprego em outro canto”. Nesse mesmo sentido, ALC3 (2018) expôs sua relação com a agricultura:

Sempre fui agricultor. Por isso eu estava entre os selecionados para o assentamento. Porque entre esses 42, a maioria não queria morar, eles queriam só a terra para plantar. Todos eram agricultores, mas queriam para plantio, e o Incra não aceitava, só aceitava se fosse para moradia também. A gente tinha que vir para morar né? E a gente morava aqui na época. (ALC3, 2018).

Uma situação percebida em relação aos membros das famílias do Lagoa do Capim é que existem muitos filhos dos assentados que não moram no assentamento. Esses membros partiram para centros urbanos em busca de trabalho e de uma melhor qualidade de vida. Já entre aqueles que permaneceram, muitos trabalham fora do assentamento em atividades agrícolas ou não agrícolas, para o complemento da renda familiar.

ALC7 (2018) falou que tem um filho que é funcionário de uma empresa de ônibus em Fortaleza. Esse filho é formado em Administração e está cursando outra faculdade, ajudando sua família na medida do possível. ALC7 informou que a renda mensal da família é em torno de R\$ 500,00 por mês, valor que vem basicamente do Bolsa Família e das diárias de trabalho que os seus outros filhos fazem fora do assentamento.

A maioria dos jovens, segundo testemunho de algumas moças e rapazes ouvidos, tem a intenção de ir embora e seguir outras profissões. Uma das jovens assentadas comentou: “Quero ir morar na cidade, pois lá tem muitas oportunidades que não tem aqui”. Para outra jovem, o pensamento é semelhante: “Não pretendo ficar aqui, quero arrumar um emprego. Tenho muito sonho de quando terminar fazer o curso de Direito, mas, por enquanto vou fazendo esses cursos básicos”.

Referindo-se particularmente à migração de moças para a cidade, Carneiro (2007) argumenta que esse movimento se deve a fatores como a ausência de um espaço de realização profissional para a mulher nas áreas rurais agrícolas. Some-se a isto o fato de a

mulher não ser reconhecida enquanto trabalhadora agrícola ou não querer para si esse papel, o que pode despertar nas jovens o desejo de atingir níveis mais elevados de educação e de migração para o meio urbano (CARNEIRO, 2007).

E esse desejo também foi observado nos pais, como se pode perceber na declaração de ALC5 (2018), que tem duas filhas morando em Fortaleza, uma fazendo faculdade de Fisioterapia e a outra matriculada em um curso pré-vestibular. “Eu sempre vou querer o melhor para minhas filhas, vou apoiar elas no que decidirem fazer, mas não quero que elas passem por todas as dificuldades que passamos. Não faz sentido retornarem para cá”. Os depoimentos abaixo são ilustrativos sobre essas questões.

Vou botar ela lá em Fortaleza, quando fizer o 1º ano. Porque aqui não tem o futuro, né? Aí quero botar ela lá para morar com a minha outra menina, para ela já ir estudando no 1º ano. Para quando ela terminar já ter um futuro melhor. Ela tem vontade de ser médica de bicho. Ela é louca por bicho. (ALC7, 2018).

Hoje são três pessoas, mas tenho duas moças e três homens. Os homens já debandaram. Uma filha é casada e mora no assentamento. Os homens terminaram os estudos, arrumaram as esposas e foram trabalhar. Um trabalha em Recife, em uma pizzaria, e o outro trabalha em São Luís do Curu, fazendo bicos. (ALC1, 2018).

Como descrito por Carneiro (2007), para que moças e rapazes pensem em permanecer no campo, eles precisam enxergar alternativas não agrícolas, ou, pelo menos, um modo de fazer agricultura diferente da realizada por seus pais. A autora observa ainda uma mudança no valor atribuído à agricultura, compartilhado, como em alguns casos desta pesquisa, pelos próprios pais que querem poupar os filhos das dificuldades e sofrimentos por que passaram. ALC8 (2018) situou algumas dificuldades que desestimulam os jovens a permanecerem na agricultura e no assentamento. Eis suas palavras:

Querem ficar lá nada, querem não. Trabalhar com agricultura é sofrido, só para quem tem coragem. Agricultura é isso. O cara faz o milho, faz o feijão, quando vai vender é bem baratinho. E se for pagar um trabalhador são quarenta contos. Quando vai vender uma saca de milho, quando tu colhe, é trinta reais. Graças a Deus que esse ano deu quarenta. Então, quer dizer que o trabalhador estava trabalhando por uma saca de milho por dia. Aí tu acha que esse pessoal que é mais jovem quer ficar? Querem nada. (ALC8, 2018).

No dizer de Brumer (2007), é recorrente a tendência emigratória dos jovens rurais, justamente pela visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia. A autora reconhece a influência dos fatores estruturais, mas recorda que as decisões sobre migração são tomadas por indivíduos, definidas por fatores de atração ou

de expulsão. “Na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação” (BRUMER, 2007, p. 37). ALC6 (2018) recordou sua experiência particular, envolvendo os filhos:

O meu menino mais velho, ele realmente trabalhou fora por um tempo. Porque aqui não tem emprego para ninguém, aí ele foi trabalhar vendendo cabide, mas, aí quando ele chegou agora, agora mesmo, ele está fazendo agricultura, ele está matando porco, todo sábado, porque tem que ganhar alguma coisa. Qualquer pessoa não pode viver sem ganhar nada. E o mais novo, o negócio dele é esporte, é ir atrás de bola, mas se aparecer emprego para ele, ele vai. Ele já trabalhou como motorista, ele tem carteira. (ALC6, 2018).

Quanto à participação dos jovens nas atividades agrícolas desenvolvidas nas unidades de produção agrícola (UPAs) das famílias, os dois depoimentos a seguir exemplificam bem a dinâmica familiar do assentamento. São sobre os filhos de ALC6 e de ALC8. No primeiro caso, os jovens não têm tanta participação nas atividades, enquanto que no segundo caso, se enalteceu a ajuda dos filhos.

Somos quatro. Os meus meninos ajudam um pouco, não vou dizer que eles ajudam muito na agricultura. Porque se eu disser isso eu estou mentindo. Porque realmente essas pessoas procuram mais é um emprego né? Agora estão desempregados. Mas o meu menino mais novo também terminou a escola agrícola, o curso que ele fez, técnico né? Não entendo muito não, sei que ele é formado nisso aí. (ALC6, 2018).

Na minha casa são sete. Quatro trabalham na agricultura. Tem duas meninas pequenas e uma que trabalha fora. Aqui trabalha eu, meus dois rapazes e minha mulher. Meus meninos me ajudam demais. Na hora que eu for eles estão ali no meu pé, estudam de manhã, vão para o colégio, mas à tarde estão comigo, me ajudando. (ALC8, 2018).

Nessas famílias de ALC6 e de ALC8, os filhos desenvolvem ou desenvolveram atividades agrícolas nas próprias UPAs. ALC8 ainda possui uma filha que trabalha fora da propriedade, como frentista em um posto de gasolina da região. ALC6 (2018) afirmou receber ajuda da sua sogra, por meio de mercadorias, além dos seus filhos já terem exercido alguma atividade fora do assentamento, para ajudar no rendimento familiar. Dos seus dois filhos, um já havia feito um curso técnico, e também possui carteira de motorista, o que o permitiu trabalhar no Porto do Pecém por um período. O seu filho mais velho trabalha atualmente no abate de animais.

ALC8 (2018) mencionou que, além do trabalho em sua UPA, quando solicitado, realiza tarefas em outras propriedades para aumentar sua renda. Essas atividades desenvolvidas, segundo ele, são roçar mato, plantar ou colher, além de usar sua carroça para levar ferramentas.

ALC4 produz milho e feijão, e em épocas chuvosas, já cultivou também mandioca, melancia e jerimum. Além da agricultura, a família tem a criação de gado, porém enfrenta bastante dificuldade pela estiagem prolongada que assola a região. O filho do casal exerce atividade não agrícola com trabalhos em *buffets*, festas e de pedreiro.

Em relação aos trabalhos desempenhados pelos seus filhos, ALC1 (2018) revelou: “No período do plantio eles me ajudam, ficam só por aqui. Aí, na época do verão, ficam parados. Um faz bico e outro trabalha na fazenda, ganha um salário, graças a Deus. Isso é bom, porque me ajuda, pois tenho que comprar remédio para o meu marido”.

Quase todas as famílias são beneficiárias de programas sociais e têm alguma incidência de aposentados entre seus membros. Esse complemento na renda das famílias é de fundamental importância, pois o que produzem é para o seu autoconsumo. ALC11 (2018), que trabalhou por 22 anos na antiga empresa dona da fazenda, citou a relevância dos benefícios sociais:

A renda que temos aqui é desses benefícios, Bolsa Família e auxílios. Eu estou com um ano que não trabalho. O que criamos aqui é só para o consumo. Até o ano passado a gente plantava feijão, milho, roça e capim. Nós recebemos 16 hectares para plantar, terra boa, dá de tudo. Antes da seca era bom, tinha apoio do Incra, para comprar kit de irrigação. (ALC11, 2018)

ALC5 (2018) também comentou sobre a composição da renda da família:

O único benefício social que eu recebo é o Bolsa Família. Nosso sustento vem basicamente da agricultura, mas corremos atrás de outras coisas. O que plantamos é apenas para consumo, não vendemos milho nem feijão, mas meu marido vende peixe, galinha e algum porco. Criamos alguns animais. Às vezes, ele faz umas diárias em algumas fazendas. (ALC5, 2018).

A produção vegetal foi comprometida devido ao longo período de estiagem dos últimos anos, fazendo com que parte dos agricultores passassem a incorporar a criação de pequenos animais em suas UPAs, como galinhas, porcos e cabras, sendo também para a subsistência.

ALC10 (2018) falou da inserção da criação de animais para ajudar na renda da sua família: “Essa criação é nova, a gente comprou para iniciar. A gente já tem quatro porcas paridas, tiveram 31 bacorinhos, aí a gente vai deixar crescer para poder vender”. ALC10

(2018) ainda discorreu sobre a dificuldade de criar animais com a estiagem: “A gente teve que vender, era muito difícil. A gente aguar o capim. Não tinha água, e a gente não tem condição de fazer poço, é muito caro”. Em relação à comercialização dos seus produtos, ALC6 (2018) destacou:

Não é muito, porque nunca sobra muito para a gente vender. Aí a gente vai ao comércio, ali no Curu. Aí a pessoa pede dois sacos: vê aí dois sacos de milho para mim. Aí a gente vai e vende, sabe? Leva e vende. A gente vai deixar, é assim, aí chega outro e quer outro saco. Aí a gente nunca tem aquela safra para dizer assim: vou vender 10 sacas de milho de uma vez. Para uma pessoa só não, nunca tem, nunca é o suficiente. (ALC6, 2018).

No que se refere às políticas públicas, em meados do ano de 2018, as famílias receberam cisternas pelo Programa do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Governo do Estado do Ceará.

Alguns entrevistados disseram ter acessado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para custear suas despesas com a produção, enquanto que outros afirmaram ter feito empréstimos de outra natureza. Sobre as cisternas, ALC2 (2018) explicou:

A cisterna chegou agora, está com mais ou menos um mês. Bem novinha, agora que chegou. Nós fizemos um cadastro ainda em 2014 e essa cisterna não tinha aparecido. Quando foi agora, apareceu um rapaz aí. Ele deu a notícia da cisterna e arrumou para nós, a cisterna bem novinha. Faz tempo, quase que nós ficamos doidos esperando essa cisterna, e agora com essa falta de água, né? Ave Maria, é ruim demais. ALC2 (2018).

No tocante a questões do crédito ALC5 (2018) ponderou: “Nunca nós atentamos para criar um bom projeto de investimento para pedir um financiamento e em relação aos financiamentos para custeio, não temos interesse”. ALC10 (2018) tocou no ponto sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), lembrando que tais serviços já foram ofertados no assentamento. “Ensinar a gente a parar de usar veneno e usar o produto natural, de Neem, de xixi de gado. Quando a gente precisa de um cadastro eles vêm, para vacinar o gado eles ajudam”.

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas pelos assentados, a maioria das famílias observa vantagens por fazer parte do assentamento. A conquista da terra e o fato de poder plantar e colher no seu próprio lote é o motivo principal de enxergarem essas vantagens. ALC11 (2018) confirmou: “Trabalhar, trabalhar e viver com paz. Ter uma casa, o acesso a terra, ter crédito de apoio, crédito inicial. Eu gosto de morar aqui”.

ALC4 (2018) também apontou tais vantagens: “Para mim foi a melhor coisa do mundo. Porque só em estar sossegado em uma terra, sem estar imprensada na rua, sem poder fazer nada. Aqui, agora a gente pode trabalhar”. ALC13 (2018) complementou: “É bom, né? Porque só em ter a terra para plantar é bom demais”.

Sobre os pontos positivos do trabalho na agricultura e sua importância, ALC11 (2018) falou: “É fartura. Você trabalha em casa e tem feijão, milho e arroz. Tem tudo”. Uma agricultora, que alegou ter acessado o Pronaf, resumiu: “A agricultura foi quem me deu oportunidade de criar e educar os meus filhos, então, ela é tudo para mim, e de grande importância também”. Outro assentado, que explicou não ter tentado acessar o crédito por medo de se endividar, tem o mesmo ponto de vista: “A agricultura é tudo para nós, é por meio dela que nós temos o que comer todo dia, sem ela nós não estaríamos aqui”.

Por outro lado, as dificuldades foram apontadas em alguns discursos, como no exemplo abaixo.

Por enquanto, creio que precisa melhorar muito. Mas o que vemos como vantagem é ter terra abundante para plantar e criar os animais. O saneamento básico é uma questão gritante aqui, não temos água encanada, o que dificulta muito, além de estarmos mais suscetíveis a doenças e infecções. Outra desvantagem é a distância, moramos um pouquinho longe de onde tem comércio, para tudo precisamos nos deslocar. (ALC5, 2018).

Por meio das entrevistas, foi possível perceber que a maior dificuldade que as famílias enfrentam é realmente a escassez de água, pois o Rio Curu e a lagoa local dependem de um inverno chuvoso. Apesar dos sete poços existentes no assentamento, somente um abastece algumas casas, haja vista que a maioria dos moradores não tem encanamento nas suas residências. “Minha filha, a dificuldade é de água, a gente pega lá na lagoa. Pedir a Deus para que mande um bom inverno para nós plantar. Para beber nós tem que comprar (ALC1, 2018)”.

Algumas famílias também apontam como dificuldade a falta de permissão por parte do Incra para se trabalhar fora do assentamento. Segundo os informantes, só é permitido trabalhar três vezes por semana e sem vínculo empregatício, caso contrário, perderiam os benefícios enquanto assentados de um programa oficial de reforma agrária. Com isso, as famílias consideraram que encontram obstáculos para uma melhor composição da renda familiar, já que a baixa produção agrícola das suas UPAs não gera excedentes que permita uma comercialização. ALC3 (2018) enfatizou com as seguintes palavras: “Eu recebo o Bolsa Família. O homem não pode trabalhar aqui, só se for três vezes na semana, mas não

se for diariamente, é a regra de lá. Não pode trabalhar, só se for três vezes na semana, tipo diária”. ALC3 (2018) ainda acrescentou isso como um ponto negativo por morar no assentamento, quer dizer, pela possibilidade de deixar de ser assentado.

Pois é, porque se a gente trabalhar fora a gente perde tudo. Perde qualquer benefício, perde até a casa que a gente mora. No começo a gente até entrou sabendo disso. Ficou quem queria, mas a questão de morar é muito boa. O lugar é muito tranquilo, eu gosto daqui. O ruim é o financeiro, porque a gente precisa né? Todos precisam. (ALC3, 2018).

Ainda no contexto de compreender as barreiras a serem superadas, ALC13 (2018) afirmou:

A gente só cultiva milho e feijão agora. Quando tinha água, a gente plantava no verão. Mas a água do rio está pouca agora, aí não dá mais. A gente cria também umas galinhas, porco e gado. É só aqui mesmo, no campo. É uma luta forte, pode chegar lá em casa me procurando umas dez e meia, me encontra não. É pelejando com uma forragem pra dar para o gado e uma coisa ou outra. (ALC13, 2018).

ALC11 (2018) compartilhou: “Eu nunca achei dificuldade no trabalho. Nunca tive. Estamos precisando de água, de uns quatro anos para cá. Sempre acaba cedo”. Outra família igualmente comentou sobre suas dificuldades, enfatizando que a estiagem é um dos principais fatores negativos. “Eu tinha esse gado, tinha um bocado de bode, tinha que cortar forragem, mas eu vendi quase tudo, por conta do tempo” (ALC4, 2018).

ALC6 (2018) também opinou sobre as dificuldades em exercer as atividades agrícolas: “Assim, quando chega o tempo da gente plantar, é difícil. A gente ter o dinheiro para mandar cortar a terra. A terra a gente vai plantar sem ser cortada fica mais difícil, mas o resto está tudo certo”. Ainda acrescentou: “Mais difícil mesmo é essa falta de água né? É porque se a gente tivesse água o suficiente, até no verão, dava para a gente plantar e fazer a irrigação direitinho”. (ALC6, 2018).

ALC10 (2018) resumiu as vantagens e dificuldades no assentamento, se aproximando do sentimento da maioria das famílias. Em suas palavras:

É bom demais, só em plantar e não estar pagando renda para ninguém. E a maior dificuldade é a falta de água, a gente já perdeu muita coisa por causa da água. Eu já perdi uns cocos, banana que a gente tinha plantado, veio gente aqui e ensinou a gente a fazer horta, ensinou tudo, mas, não foi para frente. (ALC10, 2018).

De acordo com relatos dos agricultores, eles sempre fizeram uso de agrotóxicos, desde quando trabalhavam para a empresa FAISA, ficando inclusive algumas sequelas em alguns agricultores que tinham um contato mais próximo com esses produtos, como no caso de um agricultor que trabalhou como tratorista na época da fazenda. Ele era o responsável por aplicar os produtos e disse que não usava os equipamentos de proteção individual (EPIs). “Tem dia que eu preciso estar jogando água nos pés e nas pernas direto, porque eu sinto uma queimadura muito grande”. (ALC10, 2018).

A propósito, um problema relatado pelas famílias, relacionado à produção agrícola, foi a incidência de “pragas” em algumas culturas e doenças nos animais. A maioria das famílias afirmou fazer uso do produto Barrage, outras vezes, usam o óleo de Neem como forma de combater os insetos. Segundo os moradores, esse produto é usado especialmente para combater os gafanhotos, na fase de floração do feijão, em que eles também utilizam o agrotóxico.

Em relação a essas dificuldades enfrentadas nas atividades agrícolas e não agrícolas, os agricultores exprimiram o que sentem no seu cotidiano, de acordo com suas falas. ALC5 (2018) fez alusão à falta de apoio do poder público:

Creio que a falta de apoio, os recursos hídricos que são bem escassos, e a indisponibilidade de profissionais que venham nos ajudar através de oficinas e dicas. Sabemos o básico, não temos um conhecimento avançado. Antigamente, durante o primeiro mandato da presidenta Dilma, ainda tínhamos mais acesso a isso, todos os meses recebíamos visitas de profissionais e técnicos, com o tempo, isso foi ficando cada vez mais raro. (ALC5, 2018).

Outro assentado mencionou a falta dos serviços de Ater:

A gente não tem é praticamente nada de assistência técnica. Desde o ano passado que era para fazer o fomento dessas mulheres, para elas criarem galinhas, algum tipo de criação. Mas, não tinha técnico, o projeto era para ser feito em seis meses, mas está com um ano e meio e nada. Tinha uns do Incra, mas não sei o que houve que não vieram mais. (ALC13, 2018).

Também foi relatado entre os assentados, que surgiu um incentivo financeiro para que as mulheres pudessem desempenhar um trabalho com costura, iniciativa essa que teve pouca adesão por parte das mulheres. ALC3 (2018) explicou que a iniciativa não vingou por falta de articulação e iniciativa das próprias mulheres assentadas, e que atualmente somente algumas trabalham de forma individual com a costura.

Na época veio um fomento, a gente podia se empregar se quisesse, para a costura. Mas tipo, em grupo. Todas as mulheres. Não pode ser só uma. Não pode ser individual, têm que ser todas juntas, tem que ter um local. Todas têm que administrar a renda financeira, a quantidade. As máquinas têm que ser tudo divididas, tem que ser em grupo, em conjunto. Aqui eu tenho só a minha máquina, e aqui tem uma mulher que tem só a dela. Mas para o Incra tem que ser o grupo de mulheres. Mas é muito bom, trabalhei mais de seis anos costurando, é um dinheiro né? É uma renda, a única renda que eu tinha era essa, trabalhei muito, mas aí começou a aparecer os netos, aí aquela história de vó. (ALC3, 2018).

Foram perguntadas às famílias se elas tinham alguma outra atividade que gostariam de desempenhar, e algumas delas responderam a respeito. ALC5 (2018) respondeu: “Eu acho que não, sou satisfeita com a distribuição do meu tempo, já vivemos muito comprometidos. Gostamos muito de morar aqui, me sinto enraizada nesse local, não penso em ir para outro lugar, aqui recebemos apoio na hora que mais precisamos”.

Ao contrário da resposta anterior, ALC1 (2018) apontou que faria outra atividade: “Assim, faria uma faxina. Eu gosto de lavar roupa, eu gosto de trabalhar, sempre gostei de trabalhar. Quando meu marido era sadio eu dava meus pulinhos, lavando roupa. Porque precisa, as coisas estão caras atualmente”.

Considerações finais

Com o estudo de caso no Assentamento Lagoa do Capim foi possível identificar que, além de residirem na área rural e de praticarem a agricultura, as famílias desempenham atividades em outros setores da economia, buscando aumentar seus rendimentos e garantir sua reprodução socioeconômica. Nesse sentido, alguns dos filhos dos agricultores trabalham fora do assentamento para complementar a renda familiar.

Entre os jovens do assentamento, aliás, se averiguou que não predomina o sentimento de pertencimento à localidade. Muitos têm o desejo de sair em busca de melhores condições de vida, não demonstrando perspectivas para continuar na agricultura, por não enxergarem possibilidades de um melhor retorno econômico proveniente da atividade agrícola.

Outro dado relevante é a importância dos programas sociais e aposentadorias na composição de renda das famílias assentadas, estando presentes em quase todos os núcleos familiares e tornando-se, em alguns casos, a renda principal de seus indivíduos. Eles admitiram que, se não fosse essas fontes de renda, provavelmente estariam passando por necessidades, faltando inclusive, alimentos em seus núcleos familiares.

Poucos moradores disseram ter participado ou ter tido qualquer ligação com algum movimento social, como o MST, por exemplo. Alegaram que, apenas quando decidiram reivindicar a transformação da fazenda em assentamento, se aproximaram do Incra para a concretização da posse do terreno.

As famílias do local têm diversas origens, muitas de outras cidades, todavia, todos disseram ser de procedência do meio rural. Antes da chegada ao assentamento já trabalhavam na agricultura, muitos em grandes propriedades ou na FAISA, empresa dona da fazenda de plantio de melão, e que recebia vários trabalhadores de diversas regiões.

O principal limite que a comunidade enfrenta é o problema com a escassez de água, pois dependem basicamente do Rio Curu para os seus cultivos. Os assentados consideram que esse é um dos motivos pelo qual passam por dificuldades financeiras e não conseguem produzir durante todo o ano. Alguns assentados também demonstraram preocupação com os rumos da atividade agrícola devido à falta dos serviços de Ater na localidade.

Mesmo com os limites e dificuldades presentes na experiência, todos afirmaram que é vantajoso viver no assentamento, pela conquista e posse da terra. Ou seja, ganhar o lote, estabelecer moradia e plantar junto com a família.

Em poucas palavras, considerando os limites e as potencialidades do Assentamento Lagoa do Capim, percebeu-se que as famílias ali assentadas têm sua estratégia de reprodução social baseada em três frentes. A primeira delas é a agricultura, fundamental no fornecimento de produção para autoconsumo e, em determinadas ocasiões, gerando excedente para a comercialização. Em seguida, destaca-se a prática de atividades em outros setores da economia, como o comércio e a prestação de serviços, representando fontes extras de renda para as famílias. Por fim, ressalta-se a importância do acesso a programas sociais, o que complementa a renda dos assentados. A associação entre esses três mecanismos configurou-se, de uma forma geral, como a principal estratégia socioeconômica desenvolvida no Assentamento Lagoa do Capim, realidade que pode estar sendo reproduzida em outras áreas onde predomina a agricultura familiar e, em especial, nos assentamentos de reforma agrária do estado do Ceará.

Referências

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. INCRA. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília, dezembro de 2010.

_____. Norma de Execução nº 45, de 25 de agosto de 2005. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29 agosto 2005.

_____. Presidência da República. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 1993.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, H. M. de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária**. Curitiba: NEAD, 1999.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: Uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ates”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

INCRA. **Assentamentos**. [entre 2010 e 2018].

IPECE. Produtos. **Ceará em mapas**. Aspectos Econômicos. Agropecuária. 2012.

_____. Produtos. **Perfil Municipal 2017**. São Luís do Curu, 2017.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEITE, S.; MEDEIROS, L. S. de. (Org.). **Assentamentos Rurais**: Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MEDEIROS, L. S.; SOUZA, I. C.; ALENTEJANO, P. R. Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R. J.; CARVALHO, L. C. C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MARTINS, J. S. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias**: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - Lutas e Conquistas. **Reforma Agrária**: Por Justiça Social e Soberania Popular. 2. ed. São Paulo: Janeiro de 2010.

NEVES, D. P. **Assentamento rural:** confluência de formas de inserção social. Estudos Sociedade e Agricultura, 13, outubro 1999.

ROSA, M. C. Ocupações de terra. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SALVADOR, M. B. L. **O Saber Popular e Autonomia nos Assentamentos Rurais**. Fortaleza: UFC, 1998.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2013.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. **Serie Foro**, v.1, p. 132-161, 2009a.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

SILVA, A. P.; LIMA, F. A. X. ; JOTA, T. A. F. Assistência Técnica e Extensão Rural: Análise do Programa Garantia Safra em Santa Cruz da Baixa Verde – PE. **Anais...** 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2016.

SPAROVEK, G. et al. **Análise territorial da produção nos assentamentos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p.42-61, out. 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.